

VI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE DE DIREITO DA FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO – FMP (2016)

A PROTEÇÃO AMBIENTAL E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NOS BAIRROS IRREGULARES

Autor: Carla Floriano Fraga

Orientador: Leonardo Da Souza Rocha

Instituição: Universidade de Caxias do Sul – UCS

Linha 01: Tutelas à efetivação de direitos públicos incondicionados

O presente resumo versa sobre o projeto de trabalho de Conclusão de Curso apresentado no curso de Direito da Universidade de Caxias do Sul. A pesquisa desenvolvida consistiu em investigar de que forma o Poder Público através da política urbana assegurará aos bairros que surgem de forma irregular a efetiva garantia aos serviços públicos essenciais e de que maneira a ausência dos referidos serviços afetará os indivíduos oriundos dessa realidade, assim como contribuirá para a degradação ambiental dessas áreas.

A partir da problemática proposta no sentido de como se daria a prestação dos serviços essenciais do Estado em bairros irregulares e como os mesmos contribuiriam para a proteção ambiental, objetivou-se analisar o planejamento urbano frente aos bairros irregulares e a partir disso, apurar de que forma os indivíduos que lá vivem são prejudicados, bem assim os problemas concernentes à degradação ambiental desses espaços, em virtude de eventual ausência de contraprestação dos serviços públicos pelo Estado.

Ainda, de modo específico, visou-se delimitar os motivos que ocasionam o surgimento dos bairros irregulares, analisando-se fatores preponderantes como: pobreza x crescimento populacional desordenado, bem como fatores desencadeantes geradores da omissão do Estado frente a essa realidade, abordar a legislação concernente ao fornecimento dos serviços públicos essenciais pelo Estado, bem como a obrigação do ente público em garantir o planejamento de uma política urbana visando à adequação, eficiência e a continuidade dos referidos serviços à população carente e verificar quais os problemas ambientais provenientes das ocupações irregulares e de que forma o Poder Público poderá contribuir para a minoração da degradação ambiental, a partir do fornecimento dos serviços públicos essenciais.

A presente pesquisa utilizou-se do método hipotético-dedutivo, utilizando-se de aspectos teóricos de modo a corroborar as expectativas lançadas sobre o objeto problema. A fonte formal de pesquisa consiste em pesquisas bibliográficas em fontes de doutrina relacionadas à matéria em debate. Nesta perspectiva, serão utilizados como instrumento de pesquisa, leituras e registros em fichas das ideias relevantes sobre o tema para posterior confronto e análise interpretativa, buscando nesta a solução para o problema levantado e a aferição de conclusões sobre o assunto.

Por fim, o presente estudo continua em andamento, de modo que, no transcorrer do trabalho, pretende-se investigar os fatores que prescindem a existência dos bairros informais e a questão da omissão do Poder Público em

efetivar o processamento dos serviços essenciais aos indivíduos inseridos neste contexto, tanto de ordem moral (dignidade), bem como quanto à privação de fruição de um ambiente saudável e sustentável para a sua sobrevivência. Do mesmo modo, se tentará, também, verificar a lesão ao meio ambiente decorrente da referida omissão e a conseqüente busca de possíveis soluções/alternativas, de forma a comprovar a responsabilidade do Poder Público no desenvolvimento de uma cidade cada vez mais sustentável e a garantia do bem-estar dos seus habitantes.